

CONSELHO SUPERIOR

ATA RESUMIDA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

Brasília, 18 de setembro de 2000

Local: Sala de Reunião dos Conselhos - MCT

DOC CSP 019/2000 RESERVADO

O Presidente da AEB abriu a 37ª Reunião Ordinária do CSP anunciando a presença do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg. Afirmou que a participação do Ministro de Estado e do Secretário Executivo, Doutor Carlos Américo Pacheco, justificava uma agenda mais leve, para que o Conselho tivesse orientação da visão do Governo sobre o Programa Espacial. Assim sendo, os itens da agenda estavam associados com a Política Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais e sua incepção dentro da política maior de Ciência e Tecnologia do País, além de comentários sobre a execução dessa política através do seu orçamento.

Em seguida, deu posse ao Prof. José Augusto Penteado Aranha como novo representante da Comunidade Científica por indicação da Academia Brasileira de Ciências.

O Presidente da AEB passou a palavra para o Ministro Sardenberg, para que este conduzisse a reunião. O Senhor Ministro convidou o General-de-Divisão Edival Ponciano de Carvalho, representante do Comando do Exército, para sentar-se à mesa. Expressou que, em sua alocução, trataria, de uma só vez, dos itens 4 (Política Nacional de Ciência e Tecnologia), 5 (Orçamento de 2001) e 6 (Papel do PNAE na Política Nacional de Ciência e Tecnologia).

Ressaltou inicialmente que a área espacial era considerada prioritária pelo Presidente da República. Com efeito, em seus últimos pronunciamentos, o Presidente da República referiu-se às atividades espaciais de forma espontânea ao mencionar os programas de ciência e tecnologia. Tratava-se portanto, de aliado de peso que tem ajudado o setor a vencer certos obstáculos, como, por exemplo, a questão orçamentária.

A esse propósito, o Ministro Sardenberg expressou que, no processo de elaboração da proposta orçamentária do próximo ano (2001), tinham sido obtidos avanços consideráveis: passou-se de R\$ 62 milhões para R\$ 128 milhões, equivalente ao aumento de 105%. O orçamento cresceu em R\$ 150 milhões no Ministério da Ciência e Tecnologia, dos quais R\$ 66 milhões para a área espacial. Registrou importantes avanços em seguimentos específicos, como

3

o desenvolvimento de lançadores, satélites e ISS. O orçamento do Centro de Lançamento de Alcântara no Ministério da Ciência e Tecnologia é de R\$ 17,5 milhões, além de R\$ 20 milhões no Ministério dos Transportes. Assim sendo, era notável o empenho do Ministério da Ciência e Tecnologia no sentido de colocar a infra-estrutura de Alcântara em condições no ano de 2001. A consecução desse objetivo afigurava-se como importante para situar o Brasil em boa situação no mercado internacional e em termos de desenvolvimento tecnológico. Componente adicional, mas essencial, dessa questão, era o desenvolvimento regional. Um Centro sofisticado e complexo como Alcântara deve ser integrado a região próspera e desenvolvida. Aduziu que caberia à AEB encaminhar estas questões, em discussão com as demais instituições interessadas.

O Ministro Sardenberg demonstrou sua satisfação na área do VLS-1, com investimentos que passaram de R\$ 4,4 milhões em 2000 para R\$ 12 milhões em 2001, o que tenderia a recuperar os recursos perdidos nos anos anteriores. Dessa forma, o Governo reafirmou sua vontade política no sentido de prosseguir com o projeto. A esse respeito, registrou igualmente avanço na área da propulsão líquida do 3º estágio e dos protótipos, com todas as alternativas a serem estudadas para se dar encaminhamento de mercado para o tema.

Na área de satélites, anunciou que o CBERS 2 passava de R\$ 11 milhões, em 2000, para R\$ 12,3 milhões, em 2001. Seriam envidados esforços para viabilizar o CBERS 3 e 4 ao ensejo de visita do Chanceler chinês ao Brasil. Afirmou que se deveria considerar com profundidade a questão do SACI e sua aplicação em diversos campos.

Em seguida, referiu-se ao desafio apresentado pela questão industrial. Reconheceu a existência de vácuo empresarial do Brasil nesse campo. Para a solução dessa questão delicada, do ponto de vista operacional, necessitava-se de esforço de empresas em escala considerável para que a cooperação espacial prosperasse.

Anunciou que, em 2001, a ISS disporá de R\$ 41,5 milhões, o que regularizará os compromissos brasileiros em termos orçamentários. Expressou ser sua intenção voltar a negociar com a NASA para obter novos benefícios no incremento da colaboração bilateral. Fazia-se grande esforço para cumprir com as nossas obrigações, mas esse empenho deverá merecer uma contra partida do lado norte americano.

No que respeitava ao papel do PNAE em ciência e tecnologia, assinalou que o Ministério da Ciência e Tecnologia estava interessado em promover a integração perfeita da AEB, das atividades espaciais nos esforços de ciência e tecnologia do Brasil de maneira geral. Esse desiderato significava igualmente maior interação do CSP com as autoridades do seu Ministério. A área espacial deverá permanecer no Ministério da Ciência e Tecnologia quando este Governo terminar. Demostrou preocupação com o futuro, em especial com a estabilidade do vínculo entre a AEB e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Ressaltou ser sua intenção estabelecer prioridades estratégicas nos próximos 6 meses. Serão fixados alguns grandes programas em ciência e tecnologia, dentre eles as atividades espaciais. Outros temas importantes no setor eram a

qualidade de vida e a competitividade da economia brasileira no mercado internacional. Dentre os desafios institucionais, mencionou a reavaliação das entidades que compõem o Ministério da Ciência e Tecnologia, inclusive na área espacial. A idéia seria regularizar o setor e criar os mecanismos necessários para o seu desenvolvimento no Brasil.

Uma vez finalizada a intervenção do Ministro, o Dr. Pacheco, manifestou o esforço do Ministério no sentido de elaborar documento de diretrizes estratégicas era conseqüência da nova sistemática de financiamentos. Reconheceu a dificuldade de se elaborar e executar política de longo prazo no Brasil. A idéia era sinalizar as prioridades na área de ciência e tecnologia no médio prazo, incluindo o setor espacial. Quanto ao DOC CSP 18/200, assinalou que o seu texto continha indicações úteis para a discussão do setor espacial, tocando nos pontos mais delicados das questões a ele vinculadas. Sua expectativa era realizar entrevistas e painéis que permitissem elaboração futura de documento de diretrizes.

Dentre as questões a serem resolvidas futuramente, referiu-se à necessidade de estrutura mais adequada de comitês de usuários de satélites (compra de imagens, etc.). Afigurava-se como importante a busca de interface com outros programas (meteorologia, etc.). Era relevante à avaliação das grandes infra-estruturas a serem financiadas com os fundos (centro de lançamento e laboratórios). Concordou com o exame do papel do Centro de Santa Maria.

O Presidente expressou que a AEB deveria participar desse exercício e adaptar o PANE à política nacional de ciência e tecnologia. O Conselho poderia dar uma contribuição positiva para essa atividade.

O Ministro de Ciência e Tecnologia interveio para afirmar que havia mencionado as atividades espaciais como um dos grandes programas; outro estaria relacionado com a defesa, tais como satélites com alta resolução, pesquisa quanto ao mar territorial e melhoria nos padrões de atuação das Forças Armadas na Amazônia. Nessas diretrizes básicas seriam inseridos temas vinculando a ciência e a tecnologia e a defesa.

O representante do Comando da Aeronáutica expressou sua satisfação com a alocução do Ministro da Ciência e Tecnologia, a qual contemplou os tópicos mais relevantes para o desenvolvimento do programa espacial. Qualificou de positiva a preocupação com o futuro da ciência e tecnologia no Brasil, nela incluindo a energia nuclear. A intervenção do Embaixador Sardenberg revelava visão clara do setor e seus problemas, bem como definia orientação para a política a ser seguida. A situação da área espacial havia melhorado notavelmente, sobretudo devido à obtenção de fundos para as suas atividades. O Grupo que trabalhará sobre as diretrizes terá um grande desafio diante de si e expressou o apoio de sua instituição.

O representante do Ministério das Relações Exteriores destacou a importância da área espacial por contemplar tecnologia sensível, de uso dual. A cooperação internacional era relevante, o que levaria o Brasil a assinar uma série de acordos internacionais. O Brasil deve desenvolver parcerias que promovam sua capacitação na área, captando tecnologia e

3

enriquecendo a formação de seus recursos humanos. Concordou com a integração da área espacial na ciência e tecnologia. No seu entender, o Conselho deverá se envolver nesse exercício. O Ministério das Relações Exteriores colaborará, sem dúvida, no processo de revisão do PNAE.

O representante da comunidade científica afirmou que, na instituição por ele representada, havia a percepção da existência de hiato entre intenção e ação. O setor espacial disporia de recursos, cuja utilização, entretanto, era obstaculizada por entraves burocráticos. Por fim, assinalou a dificuldade para motivar gente jovem na área de ciência e tecnologia.

O representante do setor industrial referiu que, no seu entender, a criação dos fundos tenderia a mudar significativamente a política de recursos para ciência e tecnologia. Na área espacial em todo o mundo, a contribuição dos recursos financeiros governamentais afigurava-se como bastante elevada. O setor tem trabalhado no Legislativo em prol da área espacial. A esse respeito, destacou que a AIAB efetuou recente exposição no Congresso tendo como tema a importância da indústria nas áreas espacial e da defesa, com vistas a aumentar os valores das dotações orçamentárias a elas destinadas.

A indústria tem procurado fazer um flow down de tecnologia do setor espacial para outras áreas. Participou da concorrência na concessão de fundos de petróleo com o objetivo de usar tecnologia de material composto no programa de exploração de petróleo em águas profundas. Afirmou que a indústria nacional estava preparada, perfeitamente dimensionada em pessoal e facilidades industriais disponíveis, para atuar dentro da atual previsão orçamentária do PNAE. Como seu setor tem entrado em parcerias e demonstrado real competência, estaria em condições de colaborar intensamente com o Governo para a consecução dos objetivos do PNAE. Nesse sentido, dispunha-se a se encontrar com o Secretário Adjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia para melhor apresentar a indústria.

Manifestou ainda que, nas intervenções anteriores, não havia sido citado o importante projeto de satélite para navegação aérea. No seu entender, era imperioso o desenvolvimento de projeto brasileiro para evitar que fossemos dominados por tecnologia e satélites estrangeiros. Advogou maior participação da indústria nacional em projetos como o da licitação das três antenas de grande dimensão para o Centro de Rastreamento de Santa Maria. Essa licitação, como outras, não poderia ser lançada apenas na concorrência internacional. A participação do setor industrial nesse projeto romperia círculo vicioso e lograria sua efetiva capacitação. Era necessário, no seu entender, promover a aquisição de equipamentos produzidos pela indústria nacional do setor, e que uma revisão da Lei 8666 ora necessária para atender a aquisição de alto conteúdo tecnológico

O Presidente concordou com a idéia de se reunir com o setor industrial para analisar a possibilidade de modificar a lei de licitações a fim de permitir a realização de contratos de desenvolvimento de tecnologias. Sobre a questão, o Secretário-Adjunto do Ministério da Ciência e

2

Tecnologia afirmou que a alteração da lei de licitações era complexa, mas que se dispunha a examiná-la com o setor industrial. Reiterou que contava com a indústria nacional como parceiro sólido.

Atendendo a indagação do Presidente, o representante do Ministério da Defesa levantou a questão de as Forças Armadas disporem de seus próprios satélites.

O representante do Ministério de Minas e Energia manifestou sua concordância com a proposta de serem criados "comitês de usuários" feita pelo Dr. Pacheco, para a seleção de subprodutos, diversos satélites. Apoiou a elaboração de programa de diretrizes que priorize orientações políticas de longo prazo e não de questões orçamentárias.

O Embaixador Sardenberg agradeceu os comentários e, a seu respeito, teceu considerações. Quanto ao hiato entre a retórica e as realizações levantado pelo representante da comunidade científica, mencionou as dificuldades oriundas do próprio orçamento. Apenas em julho passado que o Ministério da Ciência e Tecnologia recebeu recursos para gastar em seus programas. Referiu-se à existência de restrições legais para a utilização daquelas verbas, o que representa, sem dúvida, fator limitativo relevante para a execução integral do orçamento.

Em seguida, ressaltou que agregar pessoas jovens à ciência e tecnologia era preocupação de todos. Tratava-se de tema complexo, que incluía diversos aspectos, tais como a necessidade de concursos públicos para o setor, bolsas de iniciação científica, bolsas para a fixação de recém-doutores e programas de educação para a ciência.

Reconheceu a existência de deficit no relacionamento do Ministério da Ciência e Tecnologia com a indústria. A mentalidade que prevaleceu no Brasil durante décadas e levou à baixa priorizarão da ciência e tecnologia seria, no seu entender, o responsável pela referida situação. De qualquer maneira, estava preocupado no sentido de encontrar a solução adequada para o problema.

Em seguida, agradeceu a presença dos membros do CSP e despediu-se.

O Presidente lembrou que, na reunião anterior do CSP, decidira-se não criar GT para analisar a revisão do PNAE. Solicitou-se então ao Chefe da Diretoria de Política Espacial e Programação, Dr. Lauro Fortes, a elaboração de documento contendo os aspectos relativos às mudanças no PNAE e que deveriam ser incorporados no texto do novo Programa. Em reunião anterior com o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia sobre a questão, expressou ter ressaltado que a metodologia utilizada pela AEB na confecção do PNAE (10 anos, etc.) deverá ser igualmente adotada, segundo palavras do próprio Embaixador Sardenberg, pela política nacional de ciência e tecnologia. O PNAE deverá influenciar a elaboração dos próximos PPAs no que respeita ao setor espacial. Deverá haver interação entre o CSP e o exercício de se confeccionar a política nacional de ciência e tecnologia de longo prazo. Sugeriu a criação de Comissão para examinar o tema. Propôs que a coordenação dessa comissão ficasse a cargo do Ministério do Planejamento, sob a liderança do Dr. Pedro Bertoni. Para compor a Comissão

seriam indicados membros do Ministérios da Defesa, Minas e Energia, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Comando da Aeronáutica, Setor Industrial, Comunidade Científica e o Diretor-Geral da AEB.

O representante do Ministério das Relações Exteriores informou que o texto do Acordo de Salvaguardas com a Ucrânia tinha sido remetido para Kiev a fim de se conhecer a reação das autoridades ucranianas. Esperava assinar o documento durante 51ª Reunião da IAF, no Rio de Janeiro, em princípios de outubro de 2000. Nessa mesma ocasião, deveria ser também assinado Memorando de Entendimento entre a AEB e sua congênere indiana. Anunciou a próxima assinatura, a ser realizada no Itamaraty, do Acordo entre o Brasil e a China sobre a continuidade da cooperação no setor espacial e do projeto CBERS. Por fim, solicitou comentários do representante do Ministério da Fazenda quanto a parecer pedido pela Casa Civil da Presidência da República sobre a entrada de equipamentos em território nacional sem o pagamento de direitos aduaneiros no âmbito do Acordo-Quadro com a Ucrânia.

O Presidente mencionou haver recebido comunicação das autoridades ucranianas solicitando esforços do Brasil no sentido de buscar alternativas para a FIAT no que se referia ao financiamento do lançamento do CICLONE 4 em Alcântara.

O Diretor-Geral referiu-se à continuidade de nossas relações com a Rússia na área espacial depois de visita do Vice-Presidente Marco Maciel. Mencionou que , no dia 19 de setembro de 2000, seria realizada reunião com o lado russo para determinar os próximos passos a serem dados. O Presidente assinalou que, quanto a cooperação com a Rússia, ressaltaria os seguintes temas: satélites de reconhecimento de alta resolução; último estágio a propulsão líquida; lançamentos comerciais russos em Alcântara.

O representante do Ministério da Defesa solicitou confirmação da informação de que seriam necessários R\$ 70 milhões para terminar a base de Alcântara. Em resposta, o Presidente confirmou que os valores seriam efetivamente em redor daquela grandeza. Aduziu que, a rigor, um centro jamais estaria pronto. Na verdade, os centros estão prontos para lançarem determinados tipos de foguetes. Aquele número indicaria a quantidade de recursos necessária para lançar o CICLONE 4. A cifra refere-se igualmente aos gastos com a construção de porto, com as desapropriações, etc. Seria necessário compor recursos de várias fontes para chegar ao financiamento daquele montante.

Em seguida, o representante do Ministério da Defesa informou haver lido que um país estava construindo base de lançamento no mar. O Presidente confirmou a existência do Projeto Sea Launch envolvendo consórcio formado pela Noruega (plataforma marítima), a Ucrânia (foguete Zenith, com o último estágio russo), e a empresa norte-americana Boeing. No âmbito dessa iniciativa, dois lançamentos haviam sido feitos, um deles com sucesso. Reconheceu que esse projeto poderia representar efetivo concorrente para a base de Alcântara. No entanto, aduziu que era tecnicamente difícil estabilizar lançamentos na mar.

7

O representante do setor industrial indagou se a visita da delegação russa pretendia efetivamente aprofundar as relações bilaterais. O Presidente respondeu afirmativamente. Aduziu que a cooperação estava baseada em projetos bilaterais que dependem, para serem implementados, de vontade política e recursos adicionais, não retirados de programas já existentes.

O representante do Ministério da Fazenda assinalou que a Receita Federal havia proferido parecer no sentido de que não haveria óbices no encaminhamento ao Congresso do Acordo-Quadro com a Ucrânia.

A próxima reunião do Conselho foi marcada, em princípio para 8 de novembro de 2000, em Brasília.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Trigésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Superior da AEB.

Estiveram presentes à Reunião os Membros do Conselho Superior, representantes do Comando da Marinha (suplente); Comando do Exército (suplente); Ministério das Relações Exteriores (titular/suplente); Ministério da Fazenda (suplente); Ministério da Agricultura e do Abastecimento (suplente); Ministério da Educação (suplente); Comando da Aeronáutica (titular); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (titular); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (titular); Ministério da Ciência e Tecnologia (titular); Ministério da Defesa (titular/suplente).

uiz Gylvan Meira Filho

Presidente

Aprovada pelos Senhores Membros do Conselho Superior na 38ª Reunião Ordinária, ocorrida em 14 de dezembro de 2000.

Luiz Felipe Mendonça Filho

Secretário